

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PE-RP - SME Nº 90392/2024

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria municipal de Educação, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço por item para REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de **CONJUNTO KIT ESCOLAR**, enquadrados na Classificação de Materiais do Município nas classes 7510 e 7540, respectivamente, visando atender as necessidades das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 27.715/2007, 31.349/2009, 49.415/2021 e 51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – A licitação será processada, também, no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), disponível em <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras) e <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacaosme@rioeduca.net.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacaosme@rioeduca.net.

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do Ilma. Sra. Subsecretária de Gestão da Secretaria Municipal de Educação (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº SME-PRO-2024/31694 de 12/04/2024, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 14/05/2024.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 11 de junho de 2024, às 09 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP-SME Nº 90392/2024, no

endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é o registro de preços para a aquisição de **CONJUNTO KIT ESCOLAR**, enquadrados na Classificação de Materiais do Município nas classes 7510 e 7540, respectivamente, visando atender as necessidades das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, conforme as especificações constantes neste Edital e/ou do Termo de Referência.

4.1.1 – A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida está abaixo indicada:

Item	Código do material	Descrição Detalhada	Participação	U/C	Qtd. máxima
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	GERAL	Unidade	57.864
II	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	ME/EPP	Unidade	6.429
III	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	GERAL	Unidade	101.139
IV	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	ME/EPP	Unidade	11.237
V	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1º AO 5º ANO	GERAL	Unidade	303.899
VI	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1º AO 5º ANO	ME/EPP	Unidade	33.766
VII	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	GERAL	Unidade	322.616
VIII	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	ME/EPP	Unidade	35.846

IX	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	GERAL	Unidade	23.654
X	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	ME/EPP	Unidade	2.628

4.2 – Será reservada exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte uma cota de 10% (dez por cento), do valor estimado do registro de preço, conforme especificações constantes deste Edital e/ou Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE TRABALHO: 1601.16001.10.12.361.0381.2943
CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.30

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de R\$ 62.831.005,03 (sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, cinco reais e três centavos).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço por item.

7. PRAZOS

7.1 – A contratação vigorará a partir da retirada da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente até 12 (doze) meses.

7.2 – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3 – A entrega do(s) bem(ns) que é(são) objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pelo setor competente da SME.

7.4 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 12 (doze) meses a contar da data estabelecida no memorando de início, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

7.5 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da realização da licitação.

7.6 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7.7 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

7.7.1 – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

7.7.2 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do item 7.7.

7.7.3 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

7.7.4 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da SME, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível à SME, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, e documentação técnica/certificação do bem/produto, quando exigida no Termo de Referência, quando da convocação do Pregoeiro, através da funcionalidade “solicitar envio de anexo”, apenas da proposta classificada em primeiro lugar.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço por item do objeto licitado.

10.1.3. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão apresentar propostas tanto para a cota principal como para a cota reservada.

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.3.1 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

10.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A SME, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.8 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.8.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.8.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.5 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.6 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.7 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

11.8 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.8.1 – Não se admite que o licitante ofereça proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no item.

11.9 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.9.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.9.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.9.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

11.10 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.10.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.10.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.10.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior, àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.10.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.10.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.10.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.10.2 e 11.10.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.10.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.10.2 e 11.10.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.10.4.

11.10.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.10.5.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço por item, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (Anexo II).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (Anexo II).

12.1.2 - Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor

da cota principal, ou, diante de sua recusa, as licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

12.1.3 - Se a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte vencer a cota principal e a cota reservada, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o nela obtido

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de

pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de três horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.7 – A SME poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, amostra(s) do(s) bem(ns) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.7.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.7.2 – Na hipótese de não entrega ou de rejeição do produto apresentado pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7.3 – Para além de homologação de amostra na fase de julgamento das propostas, a Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência do Contrato e/ou da Ata de Registro de Preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

12.8 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.9 – Encerradas as negociações, deve ser apresentada a ordem de classificação de todas as participantes.

12.9.1 – Estabelecida a ordem de classificação, deve ser verificado se a oferta de menor valor e se a oferta da microempresa ou empresa de pequeno porte com melhor classificação são consideradas aceitáveis.

12.9.2. Ultrapassados os procedimentos descritos no item 12.9 e no subitem 12.9.1, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, somente quando solicitada(s) a fazê-lo pelo Pregoeiro. A remessa deverá ser realizada por meio do Sistema COMPRASNET.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da(s) licitante(s) quanto às condições de habilitação, indicando, desde logo, a data e hora em que a sessão será reaberta.

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

g.1) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 31.349/2009, devendo ser observada a preferência para a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte

situada em Zona Franca Social – ZFS – que oferecer preço superior em até 10% (dez por cento) do melhor preço válido, na forma da Lei Complementar Municipal nº 182/2017;

g.2) Caso a licitante detentora da oferta de menor valor não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, mas ocorrer o empate ficto ou presumido, e sendo apresentada melhor proposta por microempresa ou empresa de pequeno porte, não é necessária a reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

g.3) Caso não ocorram as situações descritas nas alíneas g.1 e g.2, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para indicar se poderá contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora (observada a preferência para contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte situada em Zona Franca Social que oferecer preço superior em até 10% do melhor preço válida, na forma da Lei Complementar Municipal nº 182/2017), hipótese em que a empresa de médio ou grande porte vencedora do certame será contratada para fornecer 90% (noventa por cento) do objeto licitado;

g.4) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada na forma da alínea g.3 não aceite contratar 10% (dez por cento) do objeto licitado pelo preço apresentado na proposta vencedora, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte para o exercício de igual direito.

12.10 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.10.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Agente/Comissão de Contratação, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.10.

12.11 – Na hipótese de inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, corrigida das causas de suas inabilitações.

12.12 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.13 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, à SME, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada em ambos os lados, frente e verso, se este último contiver notas ou outras informações relevantes, rubricados pelo representante legal da licitante, em qualquer caso, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão

conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal nas folhas de documentação, poderá o Pregoeiro solicitar ao representante da empresa, devidamente identificado e que tenha poderes para tanto, que sane a incorreção. Somente a falta de representante legal ou a sua recusa em atender ao solicitado é causa suficiente para inabilitação da licitante.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.13 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens para os quais oferecerá proposta.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos, que deverão ser apresentados independentemente de terem sido cadastrados no SICAF:

- a) Declaração Referente ao Anexo I.A do Decreto Municipal Nº 43.562/2017 (Anexo V);
- b) Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa (Anexo VI);
- c) Declaração de Inexistência de Nepotismo (Anexo VII);
- d) Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo VIII);
- e) Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003 (Anexo IX);
- f) Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007 (Anexo X);
- g) Declaração para fins de habilitação econômico–financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo XI);
- h) Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Anexo XII);
- i) Modelo de proposta (Anexo XIII);

j) Declaração referente aos itens pelos quais oferecerá proposta (Anexo XIV).

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.4, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo VIII.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidão do 2º Ofício de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

(B.3.1) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo X do Edital de Pregão Eletrônico nº 90392/2024.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo IX, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo XII.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

(E.2.1) Com relação aos requisitos de habilitação técnica há de esclarecer que esta SME fixou, como parcela de maior relevância técnica, a comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados, fornecidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que demonstrem experiência anterior em fornecimento de itens/kits.

(E.2.2) Considerar-se-á pertinente com o objeto da licitação os atestados que demonstrem experiência anterior em fornecimento dos KITS CONJUNTOS ESCOLARES objetos desta contratação.

(E.2.3) Define-se como compatível com as quantidades da licitação a comprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade a ser licitada, para cada item.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

(E.6) Declaração formal da licitante de que assume o compromisso de utilização exclusiva de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal, sob as penas da lei, na forma do Anexo X, quando for o caso.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso,

desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

16. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

16.1.1 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.1.2 – A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

16.1.3 – O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

16.1.4 – As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 16.1.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.1.5 – O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 16.1.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.1.6 – Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

16.1.7 – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

16.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

16.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

16.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo III).

16.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

16.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

16.7 – Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

16.8 – Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preços superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

16.9 – Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.

16.10 – Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo III.

17.1.1 – A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

17.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

17.3 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre a SME e as licitantes vencedoras.

18.1.1 – Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a SME, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

18.4 – As licitantes remanescentes convocados na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

18.5 – O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

18.5.1 – A admissão de novas empresas referida no item 18.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio) e no Diário Oficial do Município, e será permitida nas seguintes hipóteses:

a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;

b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

18.5.2 – A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de

documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “*ad judicia*” e “*ad negocia*”.

19. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

19.1 – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

19.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

19.2.1 – Observado o disposto no item 19.2, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevisíveis, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar os fornecedores de serviço registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

19.2.2 – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

19.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

19.3 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

19.4 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

19.4.1 – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;
- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

19.4.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

19.4.3 – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.4.3.1 – Na hipótese prevista no subitem 19.4.3, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

19.5 – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o disposto nos itens 12.13 e 12.14.

20. GARANTIA

20.1 – A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a conclusão da contratação, prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2 – A SME utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

20.3 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

20.4 – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

20.5 – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela SME, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.6 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

20.7 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

20.8 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.9 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

21. CONTRATAÇÃO

21.1 – Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.2 – O fornecimento dos bens que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitado pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.2.1 – Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou deverá se credenciar no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

21.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SME.

21.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, disponível em <https://jeap.rio.rj.gov.br/QIF>, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

21.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4 – Se o fornecedor convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

21.4.1 – Se não houver outros fornecedores registrados que tenham aceitado fornecer bens com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

21.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.5.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

21.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

21.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

21.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:

- a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;
- b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

21.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à SME.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança na SME e obedecido o disposto na legislação.

22.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SME.

22.2 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a SME esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

22.3 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

22.4 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SME e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

22.5 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SME.

22.6 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 23.2.

23.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a SME poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) Advertência;
- (b) **Multa** de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.3 – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

23.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de **atraso** no fornecimento, a título de **multa moratória**, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a

critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.3.2 – 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

23.3.3 – 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

23.3.4 – 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

23.3.5 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

23.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

23.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

23.6 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 20.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

23.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

23.8 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

23.9 – A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24. FORO

24.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

25.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na SME

25.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

25.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não o fornecimento dos bens.

25.5 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

25.6 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores
Anexo III	Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta da Ordem de Fornecimento de Materiais
Anexo V	Declaração Referente ao Anexo I.A do Decreto Municipal Nº 43.562/2017
Anexo VI	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo VII	Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo VIII	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo IX	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo X	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo XI	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XII	Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XIII	Modelo de proposta
Anexo XIV	Declaração Referente aos itens pelos quais oferecerá proposta

25.7 – Este Edital contém 96 (noventa e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 2024.

PREGOEIRO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

TERMO DE REFERÊNCIA

MAIO/2024



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA
ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de **Conjunto Kit Escolar** enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7540, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, sendo:

Item	Código do material	Descrição Detalhada	Participação	UIC	Qtd. máxima ¹ [A]	Valor unitário [B]	Valor total estimado [C=A*B]
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	GERAL	UN	57.864	R\$ 32,97	R\$ 1.907.776,08
II	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	ME/EPP	UN	6.429	R\$ 32,97	R\$ 211.964,13
III	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	GERAL	UN	101.139	R\$ 61,39	R\$ 6.208.923,21
IV	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	ME/EPP	UN	11.237	R\$ 61,39	R\$ 689.839,43
V	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	GERAL	UN	303.899	R\$ 75,24	R\$ 22.865.360,76
VI	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	ME/EPP	UN	33.766	R\$ 75,24	R\$ 2.540.553,84
VII	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	GERAL	UN	322.616	R\$ 74,59	R\$ 24.063.927,44
VIII	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	ME/EPP	UN	35.846	R\$ 74,59	R\$ 2.673.753,14
IX	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	GERAL	UN	23.654	R\$ 63,50	R\$ 1.502.029,00
X	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	ME/EPP	UN	2.628	R\$ 63,50	R\$ 166.878,00
Total:					899.078		R\$62.831.005,03

¹ No que se refere ao disposto no art. 62, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe que "a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida", a equipe de planejamento entende não haver tecnicamente a capacidade de estabelecer quantitativo mínimo a ser consumido pela SME, subentendendo-se que, em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para cada item.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

1.2. A seleção do fornecedor se dará por **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, tendo por critério de julgamento da proposta o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fundamento legal no art. 28, inciso I c/c art. 82 da Lei nº 14.133/2021 sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.078/2022.

1.3. Os bens/materiais a serem adquiridos correspondem à bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. As quantidades demandadas para entrega através da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM), deverão ser entregues de forma integral e imediata conforme condições estabelecidas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Destaca-se que a aquisição do Conjunto Kit Escolar, destinado ao uso em ambiente escolar, tem como objetivo atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Esses kits estão classificados nas classes 7510 e 7540 dos materiais do município do Rio de Janeiro e devem atender às condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. É imprescindível que os materiais sejam de boa qualidade, obedecendo aos padrões de uso conforme estipulado pelo Código de Defesa do Consumidor, INMETRO, ANVISA e IBAMA.

2.2. As Unidades Escolares no município do Rio de Janeiro configuram-se como equipamentos públicos educacionais que recebem, diariamente em suas instalações, aproximadamente 630.000 alunos. Desta forma, é imperativo proporcionar qualidade e isonomia na sala de aula, articulando e considerando as ações de educar, fomentando condições adequadas para o desenvolvimento integral dos discentes. É fundamental reconhecer que um ambiente escolar bem equipado e estruturado desempenhe um papel crucial no processo educacional.

2.3. Ao garantir que cada aluno tenha acesso aos recursos adequados, como o Conjunto Kit Escolar, promovemos a igualdade de oportunidades, que contribui para um ambiente propício ao aprendizado. Além disso, ao investir na qualidade dos materiais escolares, estamos demonstrando o compromisso com a excelência educacional e o bem-estar dos estudantes.

2.4. Ao fomentar condições adequadas para o desenvolvimento integral dos discentes, estamos não apenas cumprindo nosso dever como agentes educacionais, mas investindo no futuro da nossa sociedade. A educação de qualidade é um dos pilares para o progresso e desenvolvimento de uma cidade e de uma nação, e é através de iniciativas como esta que podemos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

2.5. Assegurar esta escolha é crucial, pois envolve aspectos potencialmente impactantes do contexto escolar. Isso inclui a garantia da igualdade de oportunidades de acesso aos recursos materiais essenciais para a efetividade das práticas educativas. Adicionalmente, ao assegurar a disponibilidade dos itens essenciais para a participação



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulte à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

plena dos alunos na rotina escolar, o material de uso escolar desempenha um papel fundamental na promoção da autoestima dos estudantes. Desta forma, ressalta-se a relevância pedagógica desses recursos para o desenvolvimento holístico dos alunos, facilitando o avanço cognitivo, social e emocional por meio de materiais que otimizam o processo de ensino e aprendizagem. De igual forma, o manuseio de diferentes itens dos materiais presentes no kit escolar viabiliza o desenvolvimento da coordenação motora já que o estímulo frequente das mãos, por exemplo, tende a refletir nos movimentos como um todo, o que se pode perceber nas ações do dia a dia, quando o estudante passa a aprimorar a caligrafia, consegue colorir desenhos dentro dos seus limites, faz traços mais "retos" etc.

2.6. Proporcionar o conjunto kit escolar permite que os docentes tenham em mãos ferramentas que colaboram na consolidação de habilidades específicas existentes em determinados componentes curriculares, visto que oportuniza a aquisição de determinadas aprendizagens, assim como os profissionais podem lançar mão do uso destes materiais na elaboração de planejamentos que estruturam processos de ensino, aprendizagem, diagnose, além de estratégias de recuperação de estudo e recomposição da aprendizagem. Sendo assim, a utilização dos materiais que compõem o kit escolar é providencial para a garantia de aprendizagens essenciais e favorece um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

2.7. É fundamental que nos planejamentos das redes de ensino, definidos por ciclos de aprendizagem, esteja estimado o que efetivamente vai ser ofertado ao aluno. Pensar nas possibilidades e nos pontos de partida e de chegada ajudam a estruturar processos de aprendizagens.

2.8. A disponibilização de materiais adequados também atua como um estímulo ao engajamento dos alunos nas experiências de aprendizado, além de ser uma ferramenta importante na luta contra a evasão escolar. Além de habilidades relacionadas à produção de conhecimento acadêmico, a posse de materiais adequados promove valores como responsabilidade, organização, autonomia e zelo pelo cuidado dos próprios pertences, aspectos fundamentais no desenvolvimento pessoal dos estudantes.

2.9. Sendo assim, a presente aquisição de Conjunto Kit Escolar configura-se pela necessidade de propiciar práticas orientadas pela promoção da equidade entre estudantes dos estabelecimentos de ensino desta Secretaria, tendo a praticidade e facilidade de uso.

2.10. A utilização do procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS é justificada por não ser possível prever com exatidão o quantitativo a ser demandado pela SME, considerando a necessidade de contratações em período variados, conforme demanda do órgão requisitante e formalização pelas Unidades Escolares, que variam, de acordo com as condições de uso e consumo, sendo a solução mais sustentável economicamente.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

2.11. A utilização do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS se fundamenta ainda no Decreto Rio nº 51.078/2022² em seu art. 59, inciso II c/c § 2º, que compreende a conveniência desta opção, considerando a necessidade de contratação em diferentes períodos.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A real necessidade da contratação, a viabilidade técnica de implementá-la, bem como o arcabouço básico para a elaboração deste Termo de Referência se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar inserido no processo administrativo SME-PRO-2024/31694 da pretensa contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A utilização do procedimento auxiliar de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS se justifica por não ser possível prever com exatidão o quantitativo a ser demandado pela SME e devido à necessidade de contratações em período variados de acordo com a demanda do órgão requisitante conforme se formalizam as necessidades das Unidades Escolares, que pode variar conforme condições de uso e consumo, o que torna a solução mais sustentável economicamente.

4.2. A utilização o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS se fundamenta ainda no Decreto Rio nº 51.078/2022³ em seu art. 59, inciso II c/c § 2º entendendo conveniente esta opção pela necessidade de contratação em diferentes períodos.

² Decreto Rio nº 51.078/22 "Art. 59. O Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, obedecerá ao disposto neste Decreto e deve ser adotado preferencialmente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal quando:

I - pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou em diferentes períodos ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atividades;

III - for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade; ou

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública Municipal. (...)

§ 2º A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao IV do caput deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços."

³ Decreto Rio nº 51.078/22 "Art. 59. O Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, obedecerá ao disposto neste Decreto e deve ser adotado preferencialmente pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal quando:

I - pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou em diferentes períodos ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atividades;

III - for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade; ou



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694V01





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

4.3. A opção pela utilização do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS considerou o caráter eventual e imprevisível do objeto da presente licitação. Entretanto, os quantitativos aplicados ao item 1.1 deste Termo de Referência, foram estimados a partir da quantidade de alunos matriculados na Rede municipal de Ensino durante o período de dois anos, que vai de encontro ao entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) de que, na realização de licitação na modalidade de SRP, o órgão licitante de contratação não pode exaurir, já na primeira contratação, todo o objeto licitado.

4.4. As orientações quanto aos procedimentos/atividades relativos à execução do objeto deverão impreterivelmente observar as condições e quantitativos deste Termo de Referência, elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar para a pretensa aquisição.

4.5. No que se refere ao disposto no art. 82, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 que dispõe que "a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida" fundamentado no Estudo Técnico Preliminar inserto neste processo, não há tecnicamente a capacidade de estabelecer quantitativo mínimo a ser consumido pela SME, subentendendo-se que, em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para cada item.

4.5.1. A equipe de planejamento destaca não se exigir a fixação de quantitativo mínimo a ser demandado a cada contratação, a depender do objeto, em razão de sua natureza e a fim de resguardar o melhor aproveitamento da economia em escala.

4.5.2. Cabe salientar que determinados objetos a serem adquiridos por diferentes fornecedores podem causar as seguintes fragilidades, como, quantidade insuficiente para atender a demanda ou pequenas diferenças na apresentação do objeto.

4.6. No que se refere ao disposto no art. 82, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre a "possibilidade de se prever preços diferentes" nas hipóteses dos incisos subsequentes, fundamentado no Estudo Técnico Preliminar, inserto neste processo, não é aplicável na execução do objeto em questão uma vez que os locais previstos para entrega não apresentam grandes variações territoriais que justifiquem preços distintos, por exemplo. Não se identifica ainda, a necessidade de condições especiais de armazenamento que justifiquem tal diferenciação sem o entendimento de ser tecnicamente viável a execução do objeto pretendido. Logo, não sendo previsto para a pretensa contratação.

4.6.1. O objeto da presente licitação não se enquadra nas circunstâncias previstas no inciso III do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo em vista que todos os itens serão acondicionados igualmente, com demanda

IV - pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública Municipal. (...)

§ 2º A ausência de previsão orçamentária sem a configuração dos demais requisitos dos incisos I ao IV do caput deste artigo não é motivo para a adoção do Sistema de Registro de Preços.²



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em:
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO2024-31684 V01

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

de quantidade semelhantes e entregues dentro dos limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro, não justificando uma variação para os preços praticados.

4.7. No que se refere à participação de consórcios conforme art. 18, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, destaca-se que o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2.831 (Plenário, Rel. Min. Ana Arraes), afirmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa. No caso concreto, por se tratar de um serviço comum, não se entende como necessária a participação de consórcios, pois não se considera o objeto da pretensa aquisição como complexo ou de grande vulto, sendo entendido que caso admitida tal participação, a competitividade do certame licitatório pode ser frustrada.

4.8. O fornecimento dos materiais, cujos preços ora registrados, será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento de Material (OFM) correspondente acompanhada da Nota de Empenho.

4.9. A DETENTORA DA ATA, após a retirada da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento de Material (OFM), deverá entregar os quantitativos solicitados pela SME, conforme tabela abaixo:

4.9.1. Pedidos feitos pela SME com quantidades até 100.000 (cem mil) unidades:

Até 30 dias corridos após a retirada do empenho	100% do total solicitado
---	--------------------------

4.9.2. Pedidos feitos pela SME com quantidades superiores a 100.000 (cem mil) unidades e menores que 200.000 (duzentas mil) unidades:

Até 20 dias corridos após a retirada do empenho	30% do total solicitado
Até 30 dias corridos após a retirada do empenho	30% do total solicitado
Até 40 dias corridos após a retirada do empenho	40% do total solicitado

4.9.3. Pedidos acima de 200.000 (duzentas mil) unidades:

Até 30 dias corridos após a retirada do empenho	25% do total solicitado
Até 45 dias corridos após a retirada do empenho	25% do total solicitado
Até 60 dias corridos após a retirada do empenho	50% do total solicitado



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

- 4.10. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por no máximo 30 (trinta) dias corridos, através de solicitação da empresa, que deverá ocorrer, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) que antecedem a data limite de entrega do material.
- 4.11. A prorrogação poderá ser concedida a critério da equipe gestora, após avaliação, desde que não cause prejuízos à Administração Pública Municipal.
- 4.12. Caso o prazo de entrega se encerre fora de dia útil o mesmo estará prorrogado até o 1º dia útil subsequente sem que seja caracterizado atraso na entrega.
- 4.13. Produtos sem identificação no momento da entrega serão recusados.
- 4.14. Os itens deverão ser entregues em dia e horário comercial com registro de recebimento por um servidor da SME. São considerados dia e horário comercial, os dias úteis compreendidos de segunda a sexta-feira no período de 09 (nove) às 16 (dezesseis) horas.
- 4.15. Uma vez entregues, iniciar-se-á a etapa de verificação do material, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que compreenderá o exame do material, de acordo com as características técnicas descritas neste Termo de Referência.
- 4.16. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.17. Se, após o recebimento, no prazo do item 4.9, constatar-se que determinado material foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora das especificações deste Termo de Referência ou incompleto, a DETENTORA DA ATA será notificada para efetuar a troca em um prazo de 05 (cinco) dias corridos.
- 4.18. O recebimento do material se dará nos termos do inciso II do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.19. Nota Fiscal referente a entrega do material descrito neste Termo de Referência, será atestada por três servidores designados através de Resolução SME "P", publicada em Diário Oficial. A atestação indicará que o recebimento se deu em condições satisfatórias para o Serviço Público Municipal.
- 4.20. Os bens/materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo 48 (quarenta e oito) horas, salvo justo motivo, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.21. Os fornecedores, cujos preços foram registrados em Ata, obrigam-se ao fornecimento dos bens e prestação dos serviços nos moldes estabelecidos por aquela licitação e pelo prazo de vigência da Ata.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPROC202431694V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

4.22. No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração tem faculdade de contratar ou não o fornecimento dos materiais, ou seja, as quantidades são por estimativa, não obrigando o Município do Rio de Janeiro a adquirir todas as quantidades estimadas. Desta forma, as quantidades sendo aferidas, ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a Contratante desobrigada da aquisição total dos produtos e consequentemente, do seu pagamento.

4.23. Produtos sem identificação serão rejeitados quando da sua entrega.

4.24. No ato da entrega, serão recusadas as embalagens violadas e danificadas, devendo ser devolvidas e substituídas, em um prazo máximo 48 (quarenta e oito) horas, salvo justo motivo, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.25. Considerando a natureza do material, será observado ainda o disposto da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 31349/2009, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP)**.

4.26. As orientações quanto aos procedimentos/atividades relativos à execução do objeto deverão impreterivelmente observar as condições e quantitativos deste Termo de Referência, elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar inserto no presente processo administrativo.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver, podendo ser prorrogado aos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Da habilitação do Fornecedor

5.2.1. Durante a fase de habilitação, as licitantes devem comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação técnica e econômico-financeira para execução de seu objeto e apresentar propostas que assegurem a verificação da sua capacidade, em se alcançar o objeto da contratação, a serem detalhados neste Termo de Referência.

5.2.2. Como requisito de habilitação técnica deverão ser apresentados comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulte à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

5.2.3. Com relação aos requisitos de habilitação técnica há de esclarecer que esta SME fixou, como parcela de maior relevância técnica, a comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de atestados, fornecidos por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, que demonstrem experiência anterior em fornecimento de itens/kits.

5.2.4. A empresa licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.2.5. Considerar-se-á pertinente com o objeto da licitação os atestados que demonstrem experiência anterior em fornecimento dos KITS CONJUNTOS ESCOLARES objetos desta contratação.

5.2.6. Define-se como compatível com as quantidades da licitação a comprovação de no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade a ser licitada, para cada item.

5.2.7. Como requisito de habilitação econômico-financeira, como demonstração da aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, considerando que se trata de aquisições de entrega imediata entende-se por dispensada a documentação aos termos no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133/2021⁴.

5.3. Do Produto

5.3.1. Deverão atender às especificações, ABNT NBR 15236:2021, assim como atender ao prazo de entrega e requisitos exigidos neste Termo de Referência conforme segue:

KIT 1 - CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	CÓDIGO DO ITEM: 754000054-78
Para crianças matriculadas no berçário e maternal, Kit composto de: pacote de papel A4 100 folhas - 1 unidade, papel pardo - 1 unidade, giz de cera - 1 unidade, massa para modelar - 2 unidades, tinta guache - 1 unidade, pincel brochinha nº. 4 - 1 unidade, Giz de cera tons de pele - 1 unidade.	
SUBITEM 1 - Pacote de papel A4, opaco, liso, branco, gramatura 75g/m2, formato A4 (210x297mm), acondicionado em pacote inteiro do fabricante com 100 fls.	

⁴ Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:
III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); **[grifo nosso]**



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SME/PRO 2024.31694 V01

SIGA

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística**SUBITEM 2 – Papel pardo**, 1 fl, Kraft, 840x1.250mm, 80g/m2**SUBITEM 3 – Giz de cera**, caixa contendo 6 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento**SUBITEM 4 – Massa de modelar**, caixa com 6 cores (preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde), composto por amido, pigmentos orgânicos, carga mineral inerte e conservantes. Produto com apresentação sólida, maleável, fosco e atóxico. Peso 90 gramas.**SUBITEM 5 – Tinta guache**, atóxica, lavável e solúvel em água, composta por colorantes, água, espessantes e conservantes, caixa com 6 cores (preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde), 15ml cada frasco.**SUBITEM 6 – Pincel brochinha nº. 4**, com virola de alumínio, cerdas naturais, em formato arredondado, cabo curto de madeira reflorestada ou plástico com acabamento da pintura em cor amarela, para pintura em aquarela e guache.**SUBITEM 7 – Giz de cera tons de pele**, caixa contendo 12 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento**KIT 2 - CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA****CÓDIGO DO ITEM: 754000056-30****Kit pré-escolar composto de:** 02 apontadores, 02 borrachas, 01 pacotes de papel A4 100 folhas, 01 canetas hidrográficas, 01 cola branca, 01 giz de cera, 01 giz de cera tons de pele, 01 lápis de cor, 01 lápis grafite, 02 massas para modelar, 01 pincéis nº 8, 01 tesoura sem ponta, 01 tinta guache.**SUBITEM 8 – Apontador**, com furo cônico, aproximadamente 8mm. Depósito em plástico transparente. Marca do fabricante impressa no depósito. Lâmina de aço inoxidável temperado. Fixação da lâmina por parafuso metálico. Dimensões mínimas: Altura 40mm x Comprimento 22mm x Largura 15mm.**SUBITEM 9 – Borracha**, Sem adição de corantes, livre de ftalatos, macia e flexível; capaz de remover grafite sem borrar ou manchar o papel; marca do fabricante impressa em uma das faces dimensões mínimas: 30 mm de comprimento, 20 mm de largura e 5 mm de espessura.**SUBITEM 10 – Pacote de papel A4**, opaco, liso, branco, gramatura 75g/m2, formato A4 (210x297mm), acondicionado em pacote íntegro do fabricante com 100 fls.**SUBITEM 11 – Caneta hidrográfica**, 12 cores. Matéria-prima em resina plástica, ponta porosa e em tamanho médio (mínimo de 14 cm), macia e com boa pigmentação. Tinta atóxica e lavável com rendimento mínimo de 400 metros de escrita. Tampa inferior fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário. Embalagem em papel cartão com visor.**SUBITEM 12 – Cola branca**, 90 gramas, líquida e plastificante, com alto poder de colagem, atóxica e inócua.Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/publico/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>

SMEPRO202431694V01

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

SUBITEM 13 - Giz de cera , caixa contendo 12 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento	
SUBITEM 14 - Giz de cera tons de pele , caixa contendo 12 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento	
SUBITEM 15 - Lápis de cor , caixa contendo 12 cores diferentes. Matéria-prima em madeira reflorestada ou resina. Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico). Barra interna do grafite macia, atóxica e com alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de 6mm e máximo de 8mm. Comprimento mínimo 170mm.	
SUBITEM 16 - Lápis grafite , matéria-prima em madeira reflorestada ou resina, cobertura com tinta atóxica. Barra interna do grafite com dureza nº 2 HB, atóxica e com constituição uniforme. Formato compatível com o apontador. Dimensões mínimas: diâmetro 6,5mm, comprimento mínimo 170mm.	
SUBITEM 17 - Massa de modelar , caixa com 6 cores (preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde), composto por amido, pigmentos orgânicos, carga mineral inerte e conservantes. Produto com apresentação sólida, maleável, fosco e atóxico. Peso 90 gramas.	
SUBITEM 18 - Pincel redondo nº08 , com virola de alumínio, cerdas naturais, cabo curto de madeira reflorestada ou plástico com acabamento da pintura em cor amarela, para pintura em aquarela e guache.	
SUBITEM 19 - Tesoura escolar sem ponta , cabo de 100% polipropileno, lâmina de corte em aço inoxidável. A marca do fabricante deve ser gravada no corpo do produto. Dimensões mínimas: comprimento mínimo 110mm x espessura da chapa 1,2mm.	
SUBITEM 20 - Tinta guache , atóxica, lavável e solúvel em água, composta por colorantes, água, espessantes e conservantes, caixa com 6 cores (preto, branco, amarelo, vermelho, azul e verde), 15ml cada frasco.	
KIT 3 - CONJUNTO ESCOLAR 1º AO 5º ANO	CÓDIGO DO ITEM: 754000057-10
Para crianças matriculadas do 1º ao 5º ano nas escolas municipais, Kit composto de: apontador – 02 unidades, borracha – 02 unidades, lápis grafite – 04 unidades, caderno brochurão – 3 unidades, caderno meia-pauta A4 – 1 unidade, caderno de desenho – 01 unidade, lápis de cor – 01 unidade, caneta hidrográfica – 01 unidade, giz de cera – 01 unidade, Giz de Cera Tons de Pele – 01 unidade, cola branca – 01 unidade, régua – 01 unidade, tesoura sem ponta – 01 unidade.	
SUBITEM 21 - Apontador , com furo cônico, aproximadamente 8mm. Depósito em plástico transparente. Marca do fabricante impressa no depósito. Lâmina de aço inoxidável temperado. Fixação da lâmina por parafuso metálico. Dimensões mínimas: Altura 40mm x Comprimento 22mm x Largura 15mm.	
SUBITEM 22 - Borracha , sem adição de corantes, livre de ftalatos, macia e flexível; capaz de remover grafite sem borrar ou manchar o papel, marca do fabricante impressa em uma das faces dimensões mínimas: 30 mm de comprimento, 20 mm de largura e 5 mm de espessura.	



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.nao.sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

SUBITEM 23 - Lápis grafite, matéria-prima em madeira reflorestada ou resina, cobertura com tinta atóxica. Barra interna do grafite com dureza nº 2 HB, atóxica e com constituição uniforme. Formato compatível com o apontador. Dimensões mínimas: diâmetro 6,5mm, comprimento mínimo 170mm.

SUBITEM 24 - Caderno brochurão, tipo vertical, 80 folhas, pauta frente e verso, com no mínimo 31 pautas por página. Certificação FSC ou CEFLOR. Informações da quarta face da capa: caderno brochurão 80 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733 2021, nome fabricante, Dimensões mínimas: 275 mm de altura x 200 mm de largura. Capa papel cartão flexível tipo triplex. Miolo em papel Offset na cor branca. Gramatura mínima de 56 g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 25 - Caderno meia-pauta A4, horizontal 275x200mm., 96 fls 56/64gm2.

SUBITEM 26 - Caderno de desenho, 96 folhas, isentas de impressão. Espiral em arame galvanizado. Certificação FSC ou CEFLOR. Dimensões mínimas: 275 mm de comprimento x 200 mm de altura. Informações da quarta face da capa: caderno de desenho 96 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733 2021, nome fabricante. Capa papel cartão flexível, miolo em papel Offset, na cor branca. Gramatura mínima de 56g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 27 - Lápis de cor, caixa contendo 12 cores diferentes. Matéria-prima em madeira reflorestada ou resina. Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico). Barra interna do grafite macia, atóxica e com alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de 6mm e máximo de 8mm. Comprimento mínimo 170mm.

SUBITEM 28 - Caneta hidrográfica, 12 cores. Matéria-prima em resina plástica, ponta porosa e em tamanho médio (mínimo de 14 cm), macia e com boa pigmentação. Tinta atóxica e lavável com rendimento mínimo de 400 metros de escrita. Tampa inferior fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário. Embalagem em papel cartão com visor.

SUBITEM 29 - Giz de cera, caixa contendo 12 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento

SUBITEM 30 - Giz de cera tons de pele, caixa contendo 12 cores diferentes, grosso, com superfície lisa e uniforme. Matéria-prima com ceras e pigmentos atóxicos. Dimensões: diâmetro 10mm de diâmetro x 70mm de comprimento até 20mm de diâmetro x 10,5mm de comprimento

SUBITEM 31 - Cola branca, 90 gramas, líquida e plastificante, com alto poder de colagem, atóxica e inócuo.

SUBITEM 32 - Régua, transparente, de poliestireno cristal virgem. Divisão em milímetros, destaque a cada 5mm. Marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada. Borda graduada rebaixada. Dimensões mínimas: comprimento 310mm x Largura 35mm x Espessura 1,5mm.

SUBITEM 33 - Tesoura escolar sem ponta, cabo de 100% polipropileno, lâmina de corte em aço inoxidável. A marca do fabricante deve ser gravada no corpo do produto. Dimensões mínimas: comprimento mínimo 110mm x espessura da chapa 1,2mm.

KIT 4 - CONJUNTO ESCOLAR 6º ao 9º ano	CÓDIGO DO ITEM: 754000053-97
---------------------------------------	------------------------------



SME-PRO-2024/31694 V01



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

Para alunos matriculados nos 6º, 7º, 8º e 9º anos, Kit composto de: apontador – 02 unidades, borracha – 02 unidades, lápis grafite – 04 unidades, caneta esferográfica – 04 unidades (02 azul, 01 preta e 01 vermelha), caderno universitário – 01 unidades, caderno de desenho – 01 unidade, esquadro 45º – 01 unidade, esquadro 60º – 01 unidade, transferidor 180º – 01 unidade, lápis de cor – 01 unidade, caneta hidrográfica – 01 unidade, régua – 01 unidade, tesoura sem ponta – 01 unidade, cola branca – 01 unidade

SUBITEM 34 - Apontador, com furo cônico, aproximadamente 8mm. Depósito em plástico transparente. Marca do fabricante impressa no depósito. Lâmina de aço inoxidável temperado. Fixação da lâmina por parafuso metálico. Dimensões mínimas: Altura 40mm x Comprimento 22mm x Largura 15mm.

SUBITEM 35 - Borracha, sem adição de corantes, livre de ftalatos, macia e flexível, capaz de remover grafite sem borrar ou manchar o papel; marca do fabricante impressa em uma das faces dimensões mínimas: 30 mm de comprimento, 20 mm de largura e 5 mm de espessura

SUBITEM 36 - Lápis grafite, matéria-prima em madeira reflorestada ou resina, cobertura com tinta atóxica. Barra interna do grafite com dureza nº 2 HB, atóxica e com constituição uniforme. Formato compatível com o apontador. Dimensões mínimas: diâmetro 6,5mm, comprimento mínimo 170mm.

SUBITEM 37 - Caneta esferográfica, cores: azul, preta e vermelha. Matéria-prima do corpo em poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido. Matéria-prima da tampa em polipropileno. Tampa removível com haste para fixação em bolso e da mesma cor da tinta, com furação anti-asfixiante. Rendimento de no mínimo 1750 metros de escrita. Dimensões mínimas: 140 mm de comprimento sem tampa.

SUBITEM 38 - Caderno universitário, 200 folhas, 10 matérias e divisórias a cada 20 folhas. Pauta em frente e verso. Certificação FSC ou CEFLOR. Dimensões mínimas: 275 mm de Altura x 200 mm de Largura. Informações da quarta face da capa: caderno escolar universitário 200 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733:2021, nome fabricante. Capa dura (papelão). Miolo em papel Offset na cor branca. Gramatura mínima de 56 g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 39 - Caderno de desenho, 96 folhas, isentas de impressão. Espiral em arame galvanizado. Certificação FSC ou CEFLOR. Dimensões mínimas: 275 mm de comprimento x 200 mm de altura. Informações da quarta face da capa: caderno de desenho 96 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733:2021, nome fabricante. Capa papel cartão flexível, miolo em papel Offset, na cor branca. Gramatura mínima de 56g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 40 - Esquadro 45º, 45ºx21cm. Divisão em milímetros, destaques a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada nos lados. Bordas graduadas rebaixadas. Espessura mínima de 2,4mm.

SUBITEM 41 - Esquadro 60º, 60ºx21cm. Divisão em milímetros, destaques a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada nos lados. Bordas graduadas rebaixadas. Espessura mínima de 2,8mm.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

SUBITEM 42 - Transferidor 180°, plástico 100% poliestireno cristal virgem. Graduação de 0° a 180°, com divisões de grau em grau, numerados a cada 10°. Base com régua de no mínimo 10cm, divisões em milímetros. Dimensões mínimas: L (coroa e base): 20mm x espessura 2,4mm.

SUBITEM 43 - Lápis de cor, caixa contendo 12 cores diferentes. Matéria-prima em madeira reflorestada ou resina. Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico). Barra interna do grafite macia, atóxica e com alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de 6mm e máximo de 8mm. Comprimento mínimo 170mm.

SUBITEM 44 - Caneta hidrográfica, 12 cores. Matéria-prima em resina plástica, ponta porosa e em tamanho médio (mínimo de 14 cm), macia e com boa pigmentação. Tinta atóxica e lavável com rendimento mínimo de 400 metros de escrita. Tampa inferior fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário. Embalagem em papel cartão com visor.

SUBITEM 45 - Régua, transparente, de poliestireno cristal virgem. Divisão em milímetros, destaque a cada 5mm. Marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada. Borda graduada rebaixada. Dimensões mínimas: comprimento 310mm x Largura 35mm x Espessura 1,5mm.

SUBITEM 46 - Tesoura escolar sem ponta, cabo de 100% polipropileno, lâmina de corte em aço inoxidável. A marca do fabricante deve ser gravada no corpo do produto. Dimensões mínimas: comprimento mínimo 110mm x espessura da chapa 1,2mm.

SUBITEM 47 - Cola branca, 90 gramas, líquida e plastificante, com alto poder de colagem, atóxica e inócua.

KIT 5: CONJUNTO ESCOLAR, EJA

CÓDIGO DO ITEM: 754000055-59

Para jovens e adultos matriculadas no Programa de Educação de Jovens e Adultos-PEJA, K IT composto de: apontador – 02 unidades, borracha – 02 unidades, lápis grafite – 03 unidades, caneta esferográfica – 04 unidades (02 azul, 01 preta e 01 vermelha), caderno universitário – 02 unidades, caderno de desenho – 01 unidade, régua – 01 unidade, lápis de cor – 01 unidade, caneta hidrográfica – 01 unidade, cola branca – 01 unidade, tesoura sem ponta – 01 unidade, esquadro 45° - 01 unidade, esquadro 60° - 01 unidade, transferidor 180° - 01 unidade.

SUBITEM 48 - Apontador, com furo cônico, aproximadamente 8mm. Depósito em plástico transparente. Marca do fabricante impressa no depósito. Lâmina de aço inoxidável temperado. Fixação da lâmina por parafuso metálico. Dimensões mínimas: Altura 40mm x Comprimento 22mm x Largura 15mm.

SUBITEM 49 - Borracha, sem adição de corantes, livre de ftalatos, macia e flexível; capaz de remover grafite sem borrar ou manchar o papel; marca do fabricante impressa em uma das faces dimensões mínimas: 30 mm de comprimento, 20 mm de largura e 5 mm de espessura.

SUBITEM 50 - Lápis grafite, matéria-prima em madeira reflorestada ou resina, cobertura com tinta atóxica. Barra interna do grafite com dureza nº 2 HB, atóxica e com constituição uniforme. Formato compatível com o apontador. Dimensões mínimas: diâmetro 6,5mm, comprimento mínimo 170mm.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.ni/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

SUBITEM 51 - Caneta esferográfica, cores: azul, preta e vermelha. Matéria-prima do corpo em poliestireno ou polímero transparente branco ou translúcido. Matéria-prima da tampa em polipropileno. Tampa removível com haste para fixação em bolso e da mesma cor da tinta, com furação anti-asfixiante. Rendimento de no mínimo 1750 metros de escrita. Dimensões mínimas: 140 mm de comprimento sem tampa.

SUBITEM 52 - Caderno universitário, 200 folhas, 10 matérias e divisórias a cada 20 folhas. Pauta em frente e verso. Certificação FSC ou CEFLOR. Dimensões mínimas: 275 mm de Altura x 200 mm de Largura. Informações da quarta face da capa: caderno escolar universitário 200 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733.2021, nome fabricante. Capa dura (papelão). Miolo em papel Offset na cor branca. Gramatura mínima de 56 g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 53 - Caderno de desenho, 96 folhas, isentas de impressão. Espiral em arame galvanizado. Certificação FSC ou CEFLOR. Dimensões mínimas: 275 mm de comprimento x 200 mm de altura. Informações da quarta face da capa: caderno de desenho 96 folhas, formato 200mm x 275mm, NBR: 15733.2021, nome fabricante. Capa papel cartão flexível, miolo em papel Offset, na cor branca. Gramatura mínima de 56g/m². As capas não serão personalizadas.

SUBITEM 54 - Régua, transparente, de poliestireno cristal virgem. Divisão em milímetros, destaque a cada 5mm. Marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada. Borda graduada rebaixada. Dimensões mínimas: comprimento 310mm x Largura 35mm x Espessura 1,5mm.

SUBITEM 55 - Lápis de cor, caixa contendo 12 cores diferentes. Matéria-prima em madeira reflorestada ou resina. Tinta atóxica ou revestimento em verniz (atóxico). Barra interna do grafite macia, atóxica e com alto poder de cobertura. Diâmetro mínimo de 6mm e máximo de 8mm. Comprimento mínimo 170mm.

SUBITEM 56 - Caneta hidrográfica, 12 cores. Matéria-prima em resina plástica, ponta porosa e em tamanho médio (mínimo de 14 cm), macia e com boa pigmentação. Tinta atóxica e lavável com rendimento mínimo de 400 metros de escrita. Tampa inferior fixada de forma que não seja facilmente retirada pelo usuário. Embalagem em papel cartão com visor.

SUBITEM 57 - Cola branca, 90 gramas, líquida e plastificante, com alto poder de colagem, atóxica e inócuo.

SUBITEM 58 - Tesoura escolar sem ponta, cabo de 100% polipropileno, lâmina de corte em aço inoxidável. A marca do fabricante deve ser gravada no corpo do produto. Dimensões mínimas: comprimento mínimo 110mm x espessura da chapa 1,2mm.

SUBITEM 59 - Esquadro 45°, 45°x21cm. Divisão em milímetros, destaques a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada nos lados. Bordas graduadas rebaixadas. Espessura mínima de 2,4mm. (311.956)

SUBITEM 60 - Esquadro 60°, 60°x21cm. Divisão em milímetros, destaques a cada 5mm, marcações numeradas a cada centímetro. Escala externa chanfrada nos lados. Bordas graduadas rebaixadas. Espessura mínima de 2,8mm.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO2024.31684V01

SIGA



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

SUBITEM 61 - Transferidor 180°, plástico 100% poliestireno cristal virgem. Graduação de 0° a 180°, com divisões de grau em grau, numerados a cada 10°. Base com régua de no mínimo 10cm, divisões em milímetros. Dimensões mínimas: L (coroa e base): 20mm x espessura 2,4mm.

5.3.2. Os SUBITENS que compõem cada tipo de kit não poderão ser adquiridos separadamente, uma vez que o que se pretende é a aquisição dos materiais agrupados e acondicionados, a fim de que sejam entregues aos alunos da rede municipal de ensino de maneira individualizada.

5.3.3. Os materiais devem ser de boa qualidade, obedecendo aos padrões de uso e estar de acordo com estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, INMETRO, ANVISA, IBAMA e Normas de segurança por eles vinculadas.

5.3.4. Por primeira qualidade, entende-se o produto que não apresente quaisquer defeitos de fabricação, e/ou que atendam às especificações pré-estabelecidas.

5.3.5. Não será aceito o material que não atender as características descritas neste Termo de Referência.

5.3.6. O material deverá ser embalado de maneira uniforme e adequada de modo a suportar as condições de estocagem e transporte.

5.3.7. Deverá estar acondicionado em embalagem original do fabricante, com impressão legível e indelevel, constando a marca, firma, número de inscrição do estabelecimento e outros dados essenciais para a identificação e procedência do produto.

5.3.8. Deverá, preferencialmente, ser acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.3.9. Os produtos deverão ser novos, e deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte e manuseio, acompanhados das respectivas notas fiscais.

5.3.10. O fornecedor selecionado deverá garantir que o produto:

a. Se apresente de primeira qualidade e resistente o produto que não apresente quaisquer defeitos de fabricação, do material ou de seus componentes, mal cheiro, danificados, que possam resultar em acidentes, problemas dermatológicos e alérgicos.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>

SIGA



SMEPRO2024.1034V01



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

b. Os materiais que compõem o item/kit, deverão estar em embalagens individuais contendo as informações a seguir: a) Logomarca da Prefeitura, b) Nome do kit, c) Itens/artigos escolares e respectivas quantidades, colocados em caixas de papelão maiores:

Imagem exemplificativa

LOGOMARCA DA
PREFEITURA

LOTE 2 - CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLAR	
DESCRIÇÃO	Qtd por kit
APONTADOR COM DEPOSITO	2
BORRACHA BRANCA 40	2
COLA BRANCA 100G	2
COZINHO DE CERA 12 CORES	1
LÁPIS 12 CORES	1
LÁPIS GRÁFITE 2 HB	2
PINCEL Nº8	1
TESOURA ESCOLAR	1
TINTA GUACHE 60CORES	1
CADEIRÃO CARTOGRAFIA FLEX C/96 FLIS	2
CANETA HIDROGRÁFICA 12 CORES	1
MASSA MODELAR C/8 CORES	2

VENDA PROIBIDA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FORNECIDO POR CNP:

c. A embalagem individual deverá ser em caixa de papelão do tipo corte e vinco, confeccionada em cartão duplex, em tamanho adequado para



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>

SIGA





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

acondicionar os itens, capaz de suportar o peso do seu conteúdo, bem como o empilhamento e demais condições do transporte.

d. A caixa destinada ao acondicionamento de itens/Kit para transporte e armazenamento deve conter etiquetas informativas com Nome do item/kit e respectivas quantidades.

e. Deverá estar acondicionado em embalagem original do fabricante, com impressão legível e indelével, constando a marca, firma, número de inscrição do estabelecimento e outros dados essenciais para a identificação e procedência do produto.

f. Deverá, preferencialmente, ser acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.4. As entregas deverão considerar a previsão de remessas parceladas em diferentes períodos, pela impossibilidade de prever o real quantitativo e a previsão de aquisições momentos distintos.

5.5. O licitante fabricante e/ou fornecedor deverá observar as recomendações e critérios de sustentabilidade ambiental considerando os processos de extração e/ou fabricação, transporte, utilização e eventual reaproveitamento ou descarte dos produtos e matérias-primas, com base em boas práticas e na legislação pertinente.

5.6. As recomendações relativas aos critérios de sustentabilidade para o serviço em questão estão previstas na Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em atenção aos art. 5º e art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A(s) detentora(s) da Ata de Registro de Preços se obriga(m) a fornecer, quando verificada a necessidade pelo Órgão Gerenciador, sendo este a E/CTO, os materiais conforme os quantitativos a serem indicados na Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM).

6.2. O DETENTOR DA ATA deve incluir nos preços ofertados todos os custos relativos a tributos, embalagem, transporte e entrega nos locais de destino, e demais despesas diretas e indiretas, nas condições descritas e especificadas no presente Termo de Referência

6.3. OBRIGAÇÕES DA SME



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

6.3.1. Conferir, atestar e avaliar a entrega do material. Recusar todo ou em parte os materiais que não estiverem de acordo com as especificações descritas, neste Termo de Referência.

6.3.2. A ocorrência de não conformidades implicará na não aceitação dos materiais, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para a correção da mesma e/ou substituir por produto igual ou similar com anuência da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma e sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.3.3. A SME deverá permitir o acesso da DETENTORA DA ATA para entrega dos materiais, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e pessoas.

6.3.4. A SME ficará responsável por liberar as informações básicas para a entrega dos itens, bem como tamanhos e quantidades, no momento de confecção da OFM e empenhamento do material.

6.3.5. A SME fica obrigada a notificar a DETENTORA DA ATA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da validade fixando prazo para providências cabíveis.

6.3.6. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela DETENTORA DA ATA, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo de Referência.

6.4. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

6.4.1. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas, neste Termo de Referência.

6.4.2. Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.4.3. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

6.4.4. Correrão por conta da DETENTORA DA ATA todas as despesas, todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SMEPRO2024.31694.V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

6.4.5. Executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento dele, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à SME.

6.4.6. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga e descarga.

6.4.7. Os esclarecimentos que forem solicitados pela SME, deverão ser prontamente atendidos pela DETENTORA DA ATA.

6.4.8. Substituir os materiais/produtos objeto deste Termo de Referência, que porventura forem entregues à SME com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.4.9. Comprometer-se a fornecer o objeto, em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, e no caso de não ser, o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor.

6.4.10. Para a realização da entrega, é necessário agendamento com responsável do local indicado pelo Gestor, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

6.4.11. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a SME ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas.

6.4.12. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa entrega dos materiais.

6.4.13. Responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

6.4.14. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.

6.4.15. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à aquisição proveniente deste Termo de Referência, eximindo a SME das consequências de qualquer utilização indevida.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694-V01





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

6.5. A entrega deverá ser feita pela DETENTORA DA ATA nos quantitativos e locais indicados pela Ordem de Fornecimento de Material (OFM), podendo se dar nos endereços abaixo listados:

Local/setor	Endereço
GLO-1	Avenida Marechal Rondon, nº 2920 – Engenho Novo
Operador Logístico	Comercial Milano Brasil LTDA – Estrada Rio D'ouro, 100A - Vila Santa Alice, Duque de Caxias – RJ.
1ª CRE	Rua Edgard Gordilho nº 63 – Saúde (Praça Mauá)
2ª CRE	Praça Gal Alcino Souto s/nº - Lagoa
3ª CRE	Rua 24 de Maio nº 931 fundos - Engenho Novo
4ª CRE	Rua Prof. Luis Rondelli nº 150 - Olaria
5ª CRE	Rua Juriari nº 238 - Marechal Hermes
6ª CRE	Rua dos Abacates s/nº - Deodoro
7ª CRE	Av. Ayrton Senna nº 2001 - Barra da Tijuca
8ª CRE	Rua Biarritz nº 31 - Bangu
9ª CRE	Rua Amaral Costa nº 140 - Campo Grande
10ª CRE	Av. Padre Guilherme Decaminada nº 71 - Santa Cruz
11ª CRE	Estrada dos Maracajás nº 1294 - Ilha do Governador

6.6. Caso haja necessidade de alteração dos endereços de entrega informados no subitem 6.5, os novos locais serão informados ao fornecedor com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

6.7. As alterações dos locais de entrega se limitarão a distância de até 20 (vinte) quilômetros com relação aos endereços listados no subitem 6.5.

6.8. O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços que vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio) ou até a entrega total do objeto, o que ocorrer primeiro.

6.9. Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto do pregão.

6.10. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada podendo haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

6.11. O ato de prorrogação da vigência da Ata indicará expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.12. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

6.13. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A nota fiscal referente à aquisição de material descrito neste Termo de Referência, será atestada por três servidores designados através da resolução SME "P" publicada em Diário Oficial. A atestação indicará que o recebimento se deu em condições satisfatórias para o Serviço Público Municipal.

7.2. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou dos seus agentes e/ou prepostos.

7.3. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto nos termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela empresa, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.4. A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

7.5. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

7.6. A comunicação estabelecida entre os servidores da Comissão se dará por formalização por e-mail cpesme@rioeduca.net, contato telefônico (21) 2976-2353, trocas com as Coordenadorias Regionais de Educação e a contratada, através de reuniões emergenciais remotas e/ou presenciais, para a análise das demandas, que se apresentem no momento.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SME-PRO-2024/31694 V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados à DETENTORA DA ATA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança Secretaria Municipal de Educação – SME.

8.1.1. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento executado e aceito, sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

8.1.2. A empresa DETENTORA DA ATA, deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 06 DE 31 DE AGOSTO DE 2022, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações⁵.

8.2. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação – SME.

8.3. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à DETENTORA DA ATA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

8.4. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação – SME.

8.5. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à DETENTORA DA ATA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicáveis à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do

⁵ Portaria FP/SUBEX/SUPTM nº 06, de 31 de agosto de 2022, publicada no DO nº 115 de 05/09/2022, páginas 09 e 10: "Art. 1º Todos os prestadores de serviço e fornecedores que receberão pagamento por meio desta Superintendência Executiva de Tesouro Municipal **deverão possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A.**, em virtude do contrato Nº 104/2022-SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. RIO nº 84, de 19/07/2022, página 107. § 1º Estão dispensados da abertura de conta corrente, os seguintes prestadores de serviços e fornecedores, quando se tratar de:

I - pessoa física;

II - órgão público;

III - pessoa jurídica cujo pagamento por arquivo enviado não exceda R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - Instituições Financeiras;

V - contratação oriunda de financiamento com organismos multilaterais; e

VI - contratação de multinacional com sede fora do país".



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.no/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação – SME e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

8.6. Caso o índice previsto no Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no subitem anterior.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** para **REGISTRO DE PREÇOS** com fundamento no art. 28, inciso I c/c art. 82 da Lei nº 14.133/2021, sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.078/2022.

9.2. O critério de julgamento da licitação é o **MENOR PREÇO POR ITEM** para seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral.

9.3. O licitante de melhor proposta deverá entregar amostra do kit para análise, no Almoarifado Central da SME, situado na Rua Marechal Rondon, nº 2.920 – Engenho Novo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir da solicitação do pregoeiro, para análise e verificação do material, no que se refere à descrição detalhada constante do Termo de Referência, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante.

9.4. A(s) amostra(s) ficará(ão) retida(s) durante todo o prazo de vigência da Ata, a fim de verificar se o material manteve as especificações e a qualidade da amostra apresentada.

9.5. As amostras apresentadas não serão contabilizadas como quantitativo de material entregue.

9.6. Findado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o DETENTOR DA ATA poderá retirar a amostra no local indicado pela SME.

9.7. Caso a amostra apresentada não atenda à especificação e seja recusada, outras empresas, obedecendo a ordem de classificação do processo licitatório, serão convocadas para apresentarem amostras, que serão igualmente analisadas, conforme descrito no item anterior.

9.8. As amostras encaminhadas para análise deverão representar fidedignamente o material que será entregue.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

10.1. O valor estimado da aquisição é de R\$ 62.831.005,03 (Sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil e cinco reais e três centavos), tendo sido obtido em sede de pesquisa de mercado, conforme Anexo III.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Não é necessário indicar a dotação orçamentária da contratação por se tratar de Sistema de Registro de Preços. Os dados orçamentários serão apresentados no momento da emissão da Nota de Empenho.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Pelo descumprimento total ou parcial da contratação, a SME poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- a. Advertência;
- b. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato (ou instrumento equivalente) ou saldo não atendido;
- c. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato (ou instrumento equivalente) ou do saldo não atendido, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da DETENTORA DA ATA;
- d. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- e. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" do subitem 12.1 observará os seguintes parâmetros:

- a. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato (ou instrumento equivalente), em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração,



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/publico/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- b. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato (ou instrumento equivalente), em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- c. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- d. 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

12.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.4. As sanções somente serão aplicadas, após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

12.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do subitem 12.1 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

12.6. A sanção prevista na alínea "e" do subitem 12.1 poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- a. Sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

12.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?m=5711033.45713023-7346>

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

12.8. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento exposto nesse sentido.

12.9. Se, no prazo previsto neste item não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

12.10. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.11. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

12.12. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e a ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

12.13. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

12.14. As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do subitem 12.1 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a DETENTORA DA ATA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.15. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1 é da competência do(a) SME e a alínea "e" é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

13. GARANTIA CONTRATUAL

13.1. A empresa beneficiária do registro, quando convocada para a conclusão da contratação, prestará garantia de 2% (dois por cento) do valor total do Contrato, até o momento da sua assinatura ou da retirada do instrumento equivalente, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Não há, neste caso, obrigatoriedade de instrumento contratual, por tratar-se de compra com entrega imediata dos bens adquiridos, os quais não necessitam de obrigações futuras.

14.2. Na contagem de prazos é excluído o dia de início e incluído o de vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente da SME.

14.3. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do Anexo I deste Termo de Referência e as demais condições.

14.4. Aplica-se no que couber o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.

14.5. Trata-se da contratação de aquisição de produtos, não cabendo a submissão do presente administrativo à análise e parecer da CODESP, uma vez que o pretenso instrumento não se enquadra em nenhuma das obrigatoriedades previstas nos incisos do Art.3º do Anexo Único do Decreto Rio nº 52.021, de 23 de fevereiro de 2023.

14.6. Declaramos que, ao objeto da pretensa aquisição, não se aplica o disposto na PORTARIA "N" IPLANRIO N° 302 DE 09 DE MAIO DE 2023, tendo em vista não se tratar de aquisição de bens e/ou contratação de serviço de Tecnologia da Informação, mas de aquisição de bens comuns.

THALITA MARTINS DA ROCHA
Gerente II da E/CTO/CPE/GMA
Mat.: 11/302.230-8

PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA
Membro de Equipe E/ CTO/CPE/GMA
Mat.: 60/335.900-7

De acordo/aprovo:

RODRIGO JOSÉ ABREU DOS SANTOS
Coordenador Técnico da E/CTO
Mat.: 11/263563-9



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO2024/31694 V01





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

ANEXO I – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO
(em papel timbrado ou personalizado da licitante/fornecedor)

À
Secretaria Municipal de Educação
Att. Sr.(a) _____

Razão Social: _____
CPF/CNPJ: _____
Endereço: _____
E-mail: _____ Telefone: () _____
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

I – CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão. **[Não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data e sua apresentação]]**

II – OBJETO: futura aquisição de CONJUNTO KIT SCOLAR enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7540, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro.

III – PLANILHA DE PREÇOS



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadora Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

ITENS	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	64.293		
II	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA	112.376		
III	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	337.665		
IV	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR 6º ao 9º ANO	358.462		
V	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	26.282		

A presente proposta corresponde ao valor total de R\$ _____
(_____).

Declaramos que o objeto cotado atende as exigências do Termo de Referência/Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Caso seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos assinar a Ata de Registro de Preços, a assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento de materiais (OFMs), nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (cargo), como responsável legal desta empresa.

Declaramos que estamos cientes que a validade de ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação podendo ser prorrogadas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Declara ainda estar ciente de que a apresentação de propostas com valores acima dos praticados pelo mercado contribuem para o superfaturamento dos serviços,

⁶ Foi utilizada para estimativa preliminar de custos do ITEM III da tabela a ATA 015/2023 referente ao Conjunto Escolar 7,8 e 9º ano, por conter os mesmos itens do novo Conjunto Escolar do 6º ao 9º ano.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>





PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado (Acórdão TCU nº 8497/2022 – Segunda Câmara).

Local e data

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA 



EDUCAÇÃO

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

ANEXO II – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS – OFM Nº XX/XXXX
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XX/XXXX
PT XXXX – FONTE XXX

À

Empresa:		
Endereço:		
CNPJ:	Telefone:	Fax:
Nº do Banco	Agência	Conta Corrente

Solicitamos a Vossa Senhoria fornecer os materiais abaixo discriminados observadas as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº _____.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de fornecimento é a **AQUISIÇÃO DE CONJUNTO KIT ESCOLAR**, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

ITENS	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE			
II	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA			
III	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO			
IV	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR 6º ao 9º ANO			
V	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA			
TOTAL				R\$	

2. FORNECIMENTO

Os materiais deverão ser entregues a esta Secretaria Municipal de Educação – SME, conforme o Termo de Referência.



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta;
- II. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.
- III. Substituir os materiais, no prazo de 5 (cinco) dias e sem qualquer ônus para Requisitante, caso seja constatada a existência de defeitos ou a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Termo de Referência;
- IV. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requisitante;
- V. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo prazo de execução deste instrumento;
- VI. Observar as demais condições contratuais constantes no Termo de Referência para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança Secretaria Municipal de Educação – SME.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e após protocolado no setor competente do órgão.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão.

Parágrafo Quarto – O pagamento será efetuado ao fornecedor através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Quinto – A empresa beneficiária deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 06 DE 31 DE AGOSTO DE 2022, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694 V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato N° 104/2022-SMFP e atender às suas determinações.

5. LOCAL DE ENTREGA:

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o Termo de Referência e a Proposta de Preços constante do Processo Administrativo nº 07/XXXXXX/2023.

Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2024.

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em
<https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>



SMEPRO202431694V01

SIGA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria Técnica de Infraestrutura e Logística
Coordenadoria de Material e Logística

ANEXO III – CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO



QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

OBJETO: Futura aquisição de Conjunto Kit Escolar enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7543, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro. A seleção do fornecedor se dará por PREGÃO ELETRÔNICO , para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS , tendo por critério de julgamento da proposta o MENOR PREÇO POR ITEM , com fundamento legal no art. 26, inciso I do art. 62 da Lei nº 14.133/2021 sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.979/2022.							
ITEM	CÓDIGO SIGMA	NOME PADRONIZADO	UIC	QTD.	PARTICIPAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	UN	57.864	GERAL	R\$ 32,97	R\$ 1.907.776,08
2	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	UN	6.429	ME/EPP	R\$ 32,97	R\$ 211.964,13
3	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	UN	101.139	GERAL	R\$ 61,39	R\$ 6.208.923,21
4	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	UN	11.237	ME/EPP	R\$ 61,39	R\$ 689.839,43
5	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	UN	303.999	GERAL	R\$ 75,24	R\$ 22.865.366,76
6	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	UN	33.766	ME/EPP	R\$ 75,24	R\$ 2.540.553,84
7	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	UN	322.616	GERAL	R\$ 74,59	R\$ 24.063.927,44
8	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	UN	35.846	ME/EPP	R\$ 74,59	R\$ 2.673.753,14
9	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR EJA	UN	23.614	GERAL	R\$ 63,50	R\$ 1.502.029,00
10	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR EJA	UN	2.628	ME/EPP	R\$ 63,50	R\$ 166.876,00
TOTAL: R\$ R\$ 62.831.065,03 (sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil e cinco reais e três centavos).							
Observação: Informo, em atendimento ao Artigo 48 da Lei Complementar nº 133/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2016 e Resolução SMA nº 1.694/2020:							
• Os itens 1, 3, 5, 7 e 9 referem-se à cota de 90% a participação geral.							
• Os itens 2, 4, 6, 8 e 10 referem-se à cota de 10% destinada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)							



SMEPRC20241634 V01



Assinado com senha por PAULO ALEXANDRE SOARES DE ALMEIDA - 10/05/2024 às 10:46:23 e THALITA MARTINS DA ROCHA - 10/05/2024 às 11:00:48.
Documento Nº: 5711033.45713023-7346 - consulta à autenticidade em <https://acesso.processo.rio/sigapex/public/app/autenticar?n=5711033.45713023-7346>

SIGA

ANEXO II
QUADRO ESTIMATIVO DE VALOR

QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

OBJETO: Futura aquisição de **Conjunto Kit Escolar** enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7540, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro. A seleção do fornecedor se dará por **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo por critério de julgamento da proposta o **MENOR PREÇO POR ITEM**, com fundamento legal no art. 28, inciso I c/c art. 82 da Lei nº 14.133/2021 sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.078/2022.

ITEM	CÓDIGO SIGMA	NOME PADRONIZADO	U/C	QTD.	PARTICIPAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	UN	57.864	GERAL	R\$ 32,97	R\$ 1.907.776,08
2	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	UN	6.429	ME/EPP	R\$ 32,97	R\$ 211.964,13
3	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	UN	101.139	GERAL	R\$ 61,39	R\$ 6.208.923,21
4	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRE-ESCOLA	UN	11.237	ME/EPP	R\$ 61,39	R\$ 689.839,43
5	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	UN	303.899	GERAL	R\$ 75,24	R\$ 22.865.360,76
6	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	UN	33.766	ME/EPP	R\$ 75,24	R\$ 2.540.553,84
7	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	UN	322.616	GERAL	R\$ 74,59	R\$ 24.063.927,44
8	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR DO 6º ao 9º ANO	UN	35.846	ME/EPP	R\$ 74,59	R\$ 2.673.753,14
9	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	UN	23.654	GERAL	R\$ 63,50	R\$ 1.502.029,00
10	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	UN	2.628	ME/EPP	R\$ 63,50	R\$ 166.878,00

TOTAL: R\$ R\$ 62.831.005,03 (sessenta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil e cinco reais e três centavos).

Observação: Informe, em atendimento ao Artigo 48 da Lei Complementar nº.123/2006, alterada pela Lei Complementar nº.147/2015 e Resolução SMA nº.1594/2020:

- Os itens 1, 3, 5, 7 e 9 referem-se à cota de 90% à participação geral.
- Os itens 2, 4, 6, 8 e 10 referem-se à cota de 10% destinada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP)



Autenticado digitalmente por MARCELO TEIXEIRA FARIAS - 09/05/2024 às 17:44:41.

Documento Nº: 5711033.45685058-2170 - consulta à autenticidade em <https://acesso.processo.rio/sigaex/public/app/autenticar?n=5711033.45685058-2170>



SMEPRO202431694V01

SIGA

ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
PE-RP-SME Nº 90392/2024

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de 2024, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Educação, nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais 27.715/2007, 31.349/2009, 49.415/2021 e 51.260/2022**, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – SME Nº 90392/2024, realizado por meio do processo administrativo nº SME-PRO-2024/31694, homologado em ____/____/2024 e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de ____/____/____, **RESOLVE** registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a aquisição de aquisição de CONJUNTO KIT ESCOLAR, enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7540, respectivamente, visando atender as necessidades das Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro, consoante o disposto no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP – SME Nº 90392/2024 e/ou no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

Parágrafo Primeiro – O Cadastro de Reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E CADASTRO DE RESERVA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município – D.O. RIO, acompanhada da

divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Compras da Prefeitura do Rio de Janeiro (E-Compras Rio).

Parágrafo Primeiro – No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

Parágrafo Segundo – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Quarto – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Quinto - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.
- c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- d) O registro a que se refere o Parágrafo Quinto tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- e) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Sexto - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o Parágrafo Quinto somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Sétima.
- c) O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Parágrafo Sétimo - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE FORNECIMENTO

O fornecimento dos materiais cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Fornecimento correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Fornecimento conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do produto;
- c) o local, hora e prazo do fornecimento;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na SME.

Parágrafo Primeiro – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na SME.

Parágrafo Segundo – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a SME esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Quarto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na SME e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO MATERIAL

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas a fornecer os

materiais, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo I) e desta Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição para a requisição dos materiais e/ou publicação dos preços registrados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO.

Parágrafo Terceiro – O fornecimento dos materiais será precedido de preenchimento, pelo Órgão Participante, do respectivo formulário “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, que será entregue às empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados, após aquiescência do Órgão Gerenciador, com a antecedência mínima descrita no Termo de Referência (Anexo I), para entrega no local indicado.

Parágrafo Quarto – A contratação somente estará caracterizada após o recebimento da “ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS”, devidamente acompanhada da competente Nota de Empenho.

Parágrafo Quinto – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Sexto – Como condição para o fornecimento dos materiais, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Sétimo – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Oitavo – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Nono – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Décimo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seus preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Décimo Primeiro – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas no parágrafo segundo desta Cláusula.

Parágrafo Primeiro - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

Parágrafo Segundo – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a SME poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa** de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) **Multa** de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**
- (e) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Segundo – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de **atraso** no fornecimento, a título de **multa moratória**, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplimento parcial da obrigação assumida;
- 3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 4) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quinto – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a empresa beneficiária de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Sexto – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

Parágrafo Sétimo – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Oitavo – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro – Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

Parágrafo Segundo – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do fornecimento dos bens e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços, observado o procedimento regulamentado pelo Decreto Rio nº 36.665, de 1º de janeiro de 2013.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no parágrafo segundo, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quarto – Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;
- b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

Parágrafo Quinto – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços para aquele item de material específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Sexto – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- a) pelo decurso do prazo de vigência;
- b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;
- e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

Parágrafo Sétimo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração:

- a) quando a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato;

- c) quando a empresa beneficiária do registro for liberada;
- d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Oitavo – No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Nono – Na hipótese prevista no parágrafo oitavo, o fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Parágrafo Décimo – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os licitantes remanescentes para a formalização do contrato de fornecimento de bens, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação e o procedimento previsto no Edital.

Parágrafo Décimo Primeiro – O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa beneficiária por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE–RP–SME Nº 90392/2024 e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Pregoeiro

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa Registrada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

ANEXO IV

ANEXO II – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS – OFM Nº XX/XXXX
REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XX/XXXX
PT XXXX – FONTE XXX

À

Empresa:		
Endereço:		
CNPJ:	Telefone:	Fax:
Nº do Banco	Agência	Conta Corrente

Solicitamos a Vossa Senhoria fornecer os materiais abaixo discriminados observadas as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, e da sua Proposta de Preços, constante do Processo Administrativo nº _____.

1. OBJETO

O objeto da presente ordem de fornecimento é a **AQUISIÇÃO DE CONJUNTO KIT ESCOLAR**, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

ITENS	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE			
II	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA			
III	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO			
IV	754000053-97	CONJUNTO ESCOLAR 6º ao 9º ANO			
V	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA			
TOTAL				R\$	

2. FORNECIMENTO

Os materiais deverão ser entregues a esta Secretaria Municipal de Educação – SME, conforme o Termo de Referência.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência e na Proposta;
- II. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.
- III. Substituir os materiais, no prazo de 5 (cinco) dias e sem qualquer ônus para Requisitante, caso seja constatada a existência de defeitos ou a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Termo de Referência;
- IV. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requisitante;
- V. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante todo prazo de execução deste instrumento;
- VI. Observar as demais condições contratuais constantes no Termo de Referência para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança Secretaria Municipal de Educação – SME.

Parágrafo Primeiro – O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto não tenha sido regularmente entregue e aceito.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para atestação e após protocolado no setor competente do órgão.

Parágrafo Terceiro – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão.

Parágrafo Quarto – O pagamento será efetuado ao fornecedor através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Quinto - A empresa beneficiária deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 06 DE 31 DE AGOSTO DE 2022, que disciplina a

atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato Nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações.

5. LOCAL DE ENTREGA:

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o Termo de Referência e a Proposta de Preços constante do Processo Administrativo SME-PRO-2024/31694.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2024.

AGENTE PÚBLICO COMPETENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE
CONTRATANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA CONTRATADA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

TESTEMUNHA
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

AQUIESCÊNCIA DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Ratifico que o fornecimento de materiais solicitado pelo requisitante se encontra em consonância com a expectativa (máxima) de fornecimento informada pelo Órgão Participante.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Agente Público competente do Órgão Gerenciador
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO V

Declaração Referente ao Anexo I.A do Decreto Municipal Nº 43.562/2017

As partes que a esta subscrevem declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente na relação com a Administração Municipal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item do Edital de nº ____/____ e sob as penas da lei, se comprometer a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e está ciente de que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto desta contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

DECLARA ainda estar ciente de que a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, abrangendo as sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas para o contrato, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO
Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

(em papel timbrado da empresa)

_____[*órgão ou entidade licitante*] Ref. Licitação nº
_____/_____[*denominação/razão social da
sociedade empresarial*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X
DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/2007

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART.
63, IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XIII
ANEXO I – MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO
*(em papel timbrado ou personalizado da
licitante/fornecedor)*

À
Secretaria Municipal de Educação
Att. Sr.(a)

Razão Social:

CPF/CNPJ:

Endereço:

E-mail: _____ Telefone: ()

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente:

I – CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão. **[Não inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data e sua apresentação]**

II – OBJETO: futura aquisição de CONJUNTO KIT SCOLAR enquadrados na Classificação de Materiais do Município na classe 7510 e 7540, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência visando atender as necessidades das Unidades Escolares, da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipal de Educação (SME) da Cidade do Rio de Janeiro.

III – PLANILHA DE PREÇOS

ITENS	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
I	754000054-78	CONJUNTO ESCOLAR CRECHE	64.293		
II	754000056-30	CONJUNTO ESCOLAR PRÉ-ESCOLA	112.376		

III	754000057-10	CONJUNTO ESCOLAR 1 AO 5 ANO	337.665		
IV	754000053-97	CONJUNTO ¹ ESCOLAR 6º ao 9º ANO	358.462		
V	754000055-59	CONJUNTO ESCOLAR, EJA	26.282		

A presente proposta corresponde ao valor total de R\$

(
_____).
_____).

Declaramos que o objeto cotado atende as exigências do Termo de Referência/Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Caso seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos assinar a Ata de Registro de Preços, a assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento de materiais (OFMs), nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (cargo), como responsável legal desta empresa.

Declaramos que estamos cientes que a validade de ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação podendo ser prorrogadas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Declara ainda estar ciente de que a apresentação de propostas com valores acima dos praticados pelo mercado contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado (Acórdão TCU nº 8497/2022 – Segunda Câmara).

Local e data

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XIV

Modelo referente ao Item 13.1.2 do Edital

(Declaração dos itens para os quais oferecerá proposta)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a)._____.; , portador(a) da carteira de identidade nº_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº_____, DECLARA, para fins do disposto no item 13.1.2 do Edital de nº 90392/2024 e sob as penas da lei, estar oferecendo proposta para os itens listados abaixo:

ITEM	CÓDIGO	MATERIAL	U/C	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Rio de Janeiro, de de 2024.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

OBS: A licitante deverá listar todos os itens para os quais cadastrou proposta no Sistema COMPRASNET e não somente os itens para os quais tenha ofertado os melhores lances.